



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A **Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

#### 1) A COMPANHIA

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:  
Extensão de linhas em km: 261,99  
Tensão em kV: 230  
Subestações próprias/ acessadas: 2

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

**3.1) Receita**  
O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 74.360.615 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 68.816.697 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

#### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2021	2020
• Liquidez geral	2,26	2,11
• Liquidez corrente	5,34	3,25
• Relação patrimônio líquido/ativo	55,66%	52,59%
• Relação passivo não circulante/ativo	40,60%	42,17%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	14,52%	17,29%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	22,85%	25,67%
Ativos Totais - R\$	683.926.824	642.883.714
Lucro líquido do exercício	55.266.543	58.437.161

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada a compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e

Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas. Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

A Administração

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.851.215	13.375.584	Fornecedores - terceiros	10	7.638.416	8.222.957
Concessionárias e permissionárias	6	7.745.626	7.661.532	Fornecedores - partes relacionadas	23	819.687	756.679
Contas a receber - partes relacionadas	23	833.595	1.711.343	Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	10.966.247	10.958.034
Adiantamento a fornecedor		1.710.064	1.686.029	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	3.662.389	2.284.484
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	22.050.778	16.609.509	Outros impostos a pagar	12	641.062	2.023.826
Outros impostos a recuperar	8	588.829	213.658	Taxas regulamentares	13	406.177	792.655
Estoques		149.662	-	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	16	-	7.327.359
Ativos de contrato	9	71.421.982	68.083.121	Outros passivos circulantes		1.418.324	1.354.689
Outros ativos circulantes		158.569	167.918			25.552.302	33.720.683
		136.510.320	109.508.694	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Ativo não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	106.884.984	117.485.148
Títulos e valores mobiliários	7	4.657.807	4.612.041	Provisão para contingências	14	90.231	167.006
Ativos de contrato	9	542.638.086	528.434.526	Impostos diferidos	15	170.717.268	153.441.138
Outros ativos não circulantes		-	167.006			277.692.483	271.093.292
Imobilizado		93.015	118.867	<b>Patrimônio líquido</b>	16		
Intangível		27.596	42.580	Capital social		84.001.000	84.001.000
		547.416.504	533.375.020	Reserva de retenção de lucros		261.957.929	143.323.786
<b>Total do ativo</b>		683.926.824	642.883.714	Reserva de lucros a realizar		22.395.590	13.645.430
				Reserva de incentivos fiscais		12.327.520	9.564.193
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		683.926.824	642.883.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Reservas de Lucros					Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>84.001.000</b>	<b>6.642.335</b>	<b>110.074.336</b>	<b>87.535.330</b>	-	-	<b>288.253.001</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.437.161	58.437.161
Constituição de reserva legal	-	2.921.858	-	-	-	(2.921.858)	-
Provisão de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
SUDAM/SUDENE (nota explicativa 16)	-	-	-	-	13.645.430	(13.645.430)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 16)	-	-	(8.620.423)	-	-	-	(8.620.423)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 16)	-	-	41.869.873	-	-	(41.869.873)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>84.001.000</b>	<b>9.564.193</b>	<b>143.323.786</b>	<b>87.535.330</b>	<b>13.645.430</b>	-	<b>338.069.739</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	55.266.543	55.266.543
Constituição de reserva legal	-	2.763.327	-	-	-	(2.763.327)	-
Provisão de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
SUDAM/SUDENE (nota explicativa 16)	-	-	-	-	8.750.160	(8.750.160)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	(3.903.492)	(3.903.492)
Dividendos intermediários	-	-	(5.988.867)	-	-	(2.761.884)	(8.750.751)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 16)	-	-	37.087.680	-	-	(37.087.680)	-
Reversão de realização de reserva especial de lucros a realizar	-	-	-	87.535.330	(87.535.330)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>84.001.000</b>	<b>12.327.520</b>	<b>261.957.929</b>	<b>(87.535.330)</b>	<b>22.395.590</b>	-	<b>380.682.039</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

##### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso. A Companhia iniciou suas operações em 11 de junho de 2018, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$58.212.631 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km. (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva. (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.212.631 (cinquenta e oito milhões, duzentos e doze mil, seiscentos e trinta e um reais), data-base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula prestabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base. A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 conforme emissão do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo ONS. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 68.816.697 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezesseis mil e seiscentos e noventa e sete reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 74.360.615 (setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil e seiscentos e quinze reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. **1.3 Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de

estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de: (i) Déficit na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações; Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,8% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos da COVID-19. No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,04% em 2020 e 0,3% no exercício de 2021, nos montantes de R\$3.100 (três mil e cem reais) e R\$ 24.776 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais) respectivamente, pataram considerado imaterial.

##### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício antes dos impostos		81.419.654	77.510.025
Itens de resultado que não afetam o caixa		-	-
Juros do empréstimo e financiamento	11	8.120.200	8.956.934
Depreciação e amortização		42.926	41.737
Provisão para perda de crédito esperada	6	(112.079)	96.230
Provisão para contingência	14	(76.775)	167.006
(Aumento) redução nos ativos operacionais		-	-
Ativo de contrato	9	(17.542.421)	(16.917.125)
Concessionárias e permissionárias		27.985	(358.561)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(5.441.269)	(12.980.527)
Outros impostos a recuperar		(375.171)	(79.142)
Adiantamento a fornecedores		(24.035)	2.224.612
Contas a receber partes relacionadas		877.748	(1.696.874)
Estoques		(121.724)	(27.938)
Outros ativos		148.417	(268.565)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		-	-
Fornecedores e partes relacionadas.		(521.533)	(1.539.668)
Tributos e contribuições sociais		3.137.899	7.431.881
Taxas regulamentares		(386.478)	286.370
Juros pagos	11	(8.111.987)	(9.017.616)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.908.335)	(14.568.460)
Outros impostos pagos		(6.696.928)	(9.223.869)
Outros passivos		63.635	22.257
<b>Fluxo de caixa gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>48.519.729</b>	<b>30.058.707</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível		(2.089)	(25.225)
Títulos e valores mobiliários		(45.766)	399.923
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(47.855)</b>	<b>374.698</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos pagos	11	(10.600.164)	(10.600.164)
Dividendos pagos	16	(8.750.751)	(42.373)
Juros sobre capital próprio	16	(10.645.328)	(13.030.524)
<b>Fluxo de caixa (aplicados nas) atividades de financiamento</b>		<b>(29.996.243)</b>	<b>(23.673.061)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>18.475.631</b>	<b>6.760.344</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>13.375.584</b>	<b>6.615.240</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2022. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.4 Classificação circulante passivo não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

continua



# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissonárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos

para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos do principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, com regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

#### 4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes: • Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021. • Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As

alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge. • Outras normas. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26). • CPC 32 Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	899	899
Bancos	464.973	264.688
Aplicações financeiras(i)	31.385.343	13.109.997
	<b>31.851.215</b>	<b>13.375.584</b>

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em 2021 de 103,6% da taxa CDI. Variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2021 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação RAP) combinadas com menor pagamento de impostos em função do aproveitamento do benefício fiscal.

#### 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	7.655.431	7.284.073
Vencidas até 30 dias	4.854	2.587
Vencidas até 60 dias	377	4.433
Vencidas até 90 dias	511	2.615
Vencidas há mais de 90 dias	155.283	550.733
	7.816.456	7.844.441
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(70.830)	(182.909)
	<b>7.745.626</b>	<b>7.661.532</b>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(182.909)	(86.680)
Provisão	112.079	(96.229)
Saldo em 31 de dezembro	<b>(70.830)</b>	<b>(182.909)</b>

#### 7. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

	31/12/2021	31/12/2020
Conta reserva - financiamentos	4.657.807	4.612.041
	<b>4.657.807</b>	<b>4.612.041</b>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a CNTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de cobertura da dívida foi superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e, portanto, o saldo da conta reserva constituída é equivalente a três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

#### 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ saldo negativo (i)	17.890.342	14.341.279
IR a recuperar	531	229
CSLL saldo negativo (ii)	4.159.905	2.268.001
	<b>22.050.778</b>	<b>16.609.509</b>
Outros impostos a recuperar		
PIS	79.017	13.132
COFINS	364.077	60.608
IRRF retido de clientes	63.746	63.746
CSLL retido de clientes	29.525	29.525
ICMS a recuperar	43.106	37.289
Tributos municipais	71	71
Outros	9.287	9.287
	<b>588.829</b>	<b>213.658</b>

(i) Variação refere-se substancialmente a alteração das bases de cálculo (CPC 47 e ICPC 01) de períodos anteriores gerando saldo negativo no exercício de 2021.

#### 9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	71.421.982	68.083.121
Não circulante	542.638.086	528.434.526
	<b>614.060.068</b>	<b>596.517.647</b>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>579.600.523</b>	
Receita de O&M	10.070.432	
Receita de remuneração	82.482.570	
Recebimentos	(75.607.939)	
Imobilizado em curso	(27.939)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>596.517.647</b>	
<b>Circulante</b>	<b>68.083.121</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>528.434.526</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>596.517.647</b>	
Receita de O&M (i)	10.456.386	
Receita de remuneração (ii)	84.898.053	
Recebimentos (iii)	(77.812.018)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>614.060.068</b>	
<b>Circulante</b>	<b>71.421.982</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>542.638.086</b>	

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração; (iii) O cálculo da linha de recebimentos é feito através da subtração da RAP homologada no ciclo mais o ajuste calculado da diferença entre a RAP do modelo da adoção contra a RAP homologada. Tendo em vista a adoção da premissa do reconhecimento de todas as RAPs do ciclo dentro do ano de homologação da RAP, tal ajuste aumentou em comparação ao período anterior, tais aumentos são consequência da dinâmica do Ativo de Contrato que aumenta nos primeiros anos de operação se iguala a zero ao final. Tais aumentos decorrem do fato de que a concessão ainda não recebeu RAP o suficiente para amortizar o ativo contratual e, por consequência, diminuir a receita financeira para patamares menores que a amortização decorrente dos recebimentos de RAP. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas da Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade de rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será

continua →





# CANARANA

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicadores internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

#### 10. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para encerramento de obra (i)	7.076.681	7.650.574
Fornecedores relacionados à construção	489.820	475.344
Gastos ambientais e fundiários	1.182	53.031
Prestadores de serviços	58.646	35.662
Outros	12.087	8.346
	<b>7.638.416</b>	<b>8.222.957</b>

(i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores, cujo encerramento está previsto para o exercício de 2022.

#### 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

##### a. Total da dívida

Descrição	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021		31/12/2020	
BNDDES	out/18 jan/33	SGBH	TJLP + 1,93%	117.851.231	128.443.182	117.851.231	128.443.182
Circulante				10.966.247	10.958.034		
Não circulante				106.884.984	117.485.148		
				<b>117.851.231</b>	<b>128.443.182</b>		

##### b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	31/12/2020	Saldo inicial	Juros monetária	Liquidação	Novas captações	Liquidação principal	31/12/2021
BNDDES	128.443.182	8.120.200	(8.111.987)	—	(10.600.164)	117.851.231	
<b>Total</b>	<b>128.443.182</b>	<b>8.120.200</b>	<b>(8.111.987)</b>	<b>—</b>	<b>(10.600.164)</b>	<b>117.851.231</b>	

**BNDDES:** Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDDES no montante de R\$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 117.485.148 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais) sobre os quais incidiram 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033. **c. Garantias:** Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **d. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2021: (Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

<b>A) Geração de Caixa</b>	<b>65.615</b>
(+) EBITDA	71.523
(-) Pagamento de IR + CS	(5.908)
<b>B) Serviço da Dívida</b>	<b>18.712</b>
(+) Amortização de dívida	10.600
(+) Pagamento de juros	8.112
<b>Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)</b>	<b>3,5</b>
O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:	
(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	
(+/-) Resultado de equivalência	
(+) Depreciações e amortizações	
(-) Perdas (desvalorização) por Impairment	
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	
A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:	
Patrimônio Líquido (A)	180.069
Ativo Total (B)	307.116
<b>Índice de Capitalização (A/B)</b>	<b>59%</b>

##### e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2023	10.611.437
2024	10.618.997
2025	10.626.544
2026	10.634.087
2027-2033	64.393.919
	<b>106.884.984</b>

#### 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

##### Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (i)	517.267	—
CSLL (i)	3.145.122	2.284.484
	<b>3.662.389</b>	<b>2.284.484</b>

##### Outros impostos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS	89.927	105.204
COFINS	417.575	484.784
INSS empregado	79.944	91.474
ISS terceiros	11.087	735
IRRF (ii)	4.980	1.305.618
Outros	37.549	36.011
	<b>641.062</b>	<b>2.023.826</b>

(i) Variação refere-se a mudança ocorrida nos exercícios de 2021 e 2020 em algumas premissas da base de cálculo de apuração (ICPC 01) gerando impacto no imposto de renda e contribuição social a pagar; (ii) Redução ocorreu pois no segundo semestre houve um aumento no fluxo de compensação com saldo negativo.

#### 13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	382.462	770.292
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	23.715	22.363
	<b>406.177</b>	<b>792.655</b>

(i) **P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. (ii) **TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 284.589 (duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e nove reais).

#### 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, civis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos fiscais e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	—	167.006
Fiscais	90.231	—
	<b>90.231</b>	<b>167.006</b>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de Provisões com prognóstico de perda provável da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>167.006</b>	<b>—</b>	<b>167.006</b>
Adições e reversões, líquidas (i)	(167.006)	89.542	(77.464)
Atualizações monetárias	—	689	689
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>—</b>	<b>90.231</b>	<b>90.231</b>
		<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
		—	—

**Saldo em 31 de dezembro de 2019**  
Adições e reversões, líquidas 167.006 167.006  
**Saldo em 31 de dezembro de 2020** 167.006 167.006  
(i) No que diz respeito à reversão trabalhista ocorrida no exercício de 2021, trata-se de reclamação trabalhista número 0001294-21.2017.5.05.0651, movida por empregado de terceiro, contendo pedido de responsabilidade subsidiária da Companhia, com valor de R\$ 167.006 (cento e setenta e sete mil e seis reais), sendo que depois de proferida decisão final de mérito, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo autor, o valor da condenação foi integralmente pago pelo próprio terceiro, e por isso houve reversão integral. Com relação à provisão de R\$ 89.542 (oitenta e nove mil quinhentos e quarenta e dois reais), trata-se de ação de cobrança ajuizada contra a Companhia referente ao processo 0001938-27.2020.8.19.0001, visando a cobrança de valor supostamente devido a título de ISSQN, o que não foi reconhecido pela Companhia, mas por força de decisão de mérito desfavorável, constituiu-se uma provisão. **Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e servidões, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais (i)	1.905.039	1.552.701
Servidões (ii)	—	650.000
	<b>1.905.039</b>	<b>2.202.701</b>

(i) **Processos Fiscais:** Refere-se principalmente a cobrança administrativa em 29 de maio de 2020, do auto de Infrção nº 141337003002020126 (e-process nº 5755107/2020), visando a cobrança de supostos débitos de ICMS Diferencial de Alíquota feita pelo Estado de Mato Grosso, no valor histórico de R\$ 1.215.285,06 (um milhão, duzentos e quinze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e seis centavos) e valor atual de R\$ 1.815.497 (um milhão, oitocentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e sete reais). (ii) **Servidões:** São ações nas quais a Companhia discute indenizações por servidões de passagem constituídas em razão da instalação de suas linhas de transmissão de energia elétrica. Variação refere-se a mudança de prognóstico de possível para remoto.

#### 15. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo de contrato da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda diferido (i)	83.762.288	72.252.394
Contribuição social diferida (i)	30.154.424	26.010.862
PIS diferido	10.131.991	9.842.541
COFINS diferido	46.668.565	45.335.341
	<b>170.717.268</b>	<b>153.441.138</b>

(i) Variação refere-se aos ajustes nos exercícios de 2018 a 2020 no tratamento do ICPC 01.

#### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001.000 (oitenta e quatro milhões e um mil reais) dividido em 84.001.000 ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<b>100,00%</b>

**b. Reserva Legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c. Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. Conforme AGO de 30 de Abril de 2021, o valor remanescente de 33.249.449 (trinta e três milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), deverá integrar a reserva de lucros da Companhia, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos acionistas, de acordo com a proposta de orçamento de capital aprovada. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.988.867 (cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil oitocentos e sessenta e sete reais). Esse montante foi pago em 30 de agosto de 2021. **d. Reserva especial de lucros a realizar:** A Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021 ocorreu a reversão para reserva de retenção de lucros referente a realização de reserva criada na adoção do CPC 47 referente a janeiro de 2018 conforme artigo 197, § 2º e artigo 202 inciso III da lei 10.303. **e. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso/MT, incluído na área incentivada pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Assim, goza de benefício para a redução do imposto de renda concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, pela Receita Federal do Brasil - RFB. Sua destinação é submetida a aprovação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 13.645.430 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.395.590 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quinhentos e noventa reais). **f. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	55.266.543	58.437.161
Reserva legal (5%)	(2.763.327)	(2.921.858)
Base de cálculo para os dividendos	52.503.216	55.515.303
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<b>525.032</b>	<b>555.153</b>
Provisão de Juros sobre capital próprio	<b>(3.903.492)</b>	<b>(8.620.423)</b>

Através de AGE de 28 de dezembro de 2020 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 8.620.423 (oito milhões, seiscentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e três reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.293.064 (um milhão, duzentos e noventa e três mil e sessenta e quatro reais), o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 7.327.359 (sete milhões, trezentos e vinte e sete mil e trezentos e cinquenta e nove reais). Esse montante foi pago em julho e agosto de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.988.867 (cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil oitocentos e sessenta e sete reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021. Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.903.492 (três milhões novecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dois reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 585.523 (quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e vinte e três reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 3.317.969 (três milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e nove reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

#### 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	96.748.929	91.581.446
Receita de operação e manutenção	10.456.386	10.070.432
Remuneração dos ativos de contrato	84.898.053	82.482.570
Outras receitas	1.394.490	(971.556)
Deduções da receita operacional	<b>(9.600.075)</b>	<b>(9.406.036)</b>
PIS	(1.536.071)	(1.511.643)
COFINS	(7.075.236)	(6.962.719)
TFSEE	(712.291)	(667.978)
P&D	(276.477)	(263.696)
	<b>87.148.854</b>	<b>82.175.410</b>

(i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamento de inflação. Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por conseguinte, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício.

#### 18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(3.507.762)	(3.159.971)
Material	(329.879)	(201.513)
Serviços de terceiros	(439.071)	(503.591)
Arrendamentos e alugueis	(41.176)	(71.905)
Seguros	(72.417)	(92.338)
Tributos	(12.860)	(24.251)
Custo de operação e manutenção (i)	(431.261)	(935.330)
Gastos diversos	(284.383)	(380.337)
	<b>(5.118.809)</b>	<b>(5.369.236)</b>

(i) A redução foi decorrente a aquisição de máquinas e equipamentos em 2020, que não ocorreu em 2021, reduzindo o montante de Custos de operação e manutenção.

#### 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(2.602.575)	(2.323.202)
Material	(74.885)	(57.750)
Serviços de terceiros	(517.331)	(646.655)
Arrendamentos e alugueis	(79.580)	(91.370)
Doações	(18.761)	(18.865)
Provisões (i)	22.537	(96.230)
Tributos	(2.616)	(3.901)
Depreciação e amortização	(42.926)	(41.737)
Outras	(299.969)	(240.025)
	<b>(3.616.106)</b>	<b>(3.519.735)</b>

(i) Variação refere-se substancialmente a provisão de litígios fiscais conforme nota explicativa 14 e reversão de provisão para crédito esperada devido ao recebimento de clientes vencidos há mais de 90 dias.

#### 20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.		
Reserva SUDAM (i)	8.750.160	13.645.430
Pessoal	(173.653)	(156.455)
Outras despesas	(21.202)	—
	<b>8.555.305</b>	<b>13.488.975</b>

(i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020. A redução refere-se a ajuste no tratamento das Receitas de O&M (ICPC 10) e Outras Receitas (CPC 47) que impactou no valor da reserva.

#### 21. RESULTADO FINANCEIRO



**CANARANA**  
**TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
 CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)**

Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

**24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.851.215	13.375.584

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	6	7.745.626	7.661.532

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	117.851.231	128.443.182
Fornecedores terceiros	10	7.638.416	8.222.957
Fornecedores partes relacionadas	23	819.687	756.679

**24.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses

índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalente	31.851.215	13.375.584
Títulos de Valores Mobiliários	4.657.807	4.612.041
Concessionária e Permissionárias	7.745.626	7.661.532

**Passivos Financeiros**

Empréstimos e financiamentos - terceiros	117.851.231	128.443.182
--	-------------	-------------

**c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam

distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

**25. GESTÃO DO CAPITAL**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

**26. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	94.121.000	94.121.000
Veículos	Carros	185.939	124.771
		<b>114.306.939</b>	<b>114.245.771</b>

**DIRETORIA**

**Ramon Sade Haddad**  
 Diretor-Presidente

**Jorge Raul Bauer**  
 Diretor

**Mariana de Oliveira Barbosa**  
 Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Diretores da  
**Canarana Transmissora de Energia S.A.**  
 Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Canarana Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canarana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**Marcelo Nogueira de Andrade**  
 Contador CRC RJ-086312/O-6

